

EDITAL DE LEILÃO 01/2018

(Processo nº 003593/18)

LEILÃO PARA VENDA DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS

Amadeu de Almeida Boeira, Prefeito Municipal de Vacaria/RS, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, torna público que às **14 horas** do dia **12/07/2018**, nas Garagens da Prefeitura Municipal de Vacaria, sito à rua Campos Sales, nº 1.353, bairro Glória, onde será procedido o leilão público de bens móveis inservíveis, nas condições estabelecidas no presente edital.

1 - OBJETO

Serão leiloados os bens móveis inservíveis, no estado em que se encontram, conforme relacionados abaixo:

LOTE	DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR TOTAL LOTE
1.	Uma camionete GM S10 Colina D 4x4 , cabine dupla, placas ISJ 1235, ano 2011.	R\$ 34.200,00
2.	Um micro-ônibus Ford Transit 350L, para 14 passageiros, placas ISI 6206, ano 2011	R\$ 25.000,00
3.	Uma ambulância IVECCO FIAT DAYLI 4912, Teto Alto, placas IKI 1771, ano 2001.	R\$ 19.000,00
4.	Uma camionete VW KOMBI LOTAÇÃO, placas ILT 9221, ano 2004.	R\$ 3.500,00
5.	Uma camionete AMBULÂNCIA RENAULT KANGOO REVES A, placas MKG 2303, ano de fabricação 2012 e modelo 2013.	R\$ 12.500,00
6.	Um automóvel GM CELTA 4P LIFE, placas IOY 3016, ano de fabricação 2008 e modelo 2009.	R\$ 5.000,00
7.	Um automóvel GM PRISMA MAXX, placas IQM 6259, ano de fabricação e modelo 2010.	R\$ 7.500,00
8.	Um automóvel GM PRISMA JOY, ano de fabricação e modelo 2009, placas IPS 0746.	R\$ 8.600,00
9.	Uma camionete GM S10 Advantage D, cabine dupla, placas IRD 3427, ano 2010, modelo 2011.	R\$ 21.000,00
10.	Um automóvel VW POLO SEDAN 2.0 COMFOR, placas ISI 6208 ano 2011, modelo 2012.	R\$ 14.500,00
11.	Um TRATOR AGRÍCOLA AGRALE, modelo BX 6110, 4x4, Ano 2004	R\$ 30.000,00
12.	Um caminhão MERCEDES BENZ L 1113/42, ano 1986, placas ILY 8424- Semi desmontado.	R\$ 1.900,00

13.	Uma motoniveladora VOLVO modelo G710, ano 2004 – Semi desmontada.	R\$ 29.000,00
14.	Uma motoniveladora FIAT ALLIS FG85, ano 1998 -	R\$ 9.000,00
15.	Um rolo compactador Dynapac modelo CA 25 ano 1982.	R\$ 2.500,00
16.	Uma retroescavadeira RANDON modelo RK 406, 4x4, ano 2002, placas IKZ 8635, Semi desmontada.	R\$ 8.000,00
17.	Retroescavadeira JCB modelo 214, 4x4, ano 2003, placas ILH 6171.	R\$ 9.500,00
18.	Um ônibus de passageiros MERCEDES BENS OF 1318, placas MAA 7736, ano 1991, semi desmontado.	R\$ 800,00
19.	Uma Enxada rotativa MEC-RUL modelo ERP 115, Ano 2014.	R\$ 4.000,00
20.	Uma grade niveladora Marca TATU, Modelo GNCR, 32 discos, ano 2005	R\$ 3.500,00
21.	Plaina Hidráulica Stara modelo Starplan 3000.	R\$ 3.900,00
22.	Uma enxada rotativa encanteiradora EPR marca Lavrale ano 2003.	R\$ 1.200,00
23.	Espalhador de calcário JAN, Ano 2005	R\$ 800,00
24.	Uma Roçadeira rotativa LAVRALE Ano 2003.	R\$ 350,00
25.	Um triturador de resíduos marca TRAPP, modelo TR 500G	R\$ 1.200,00

As avaliações dos bens, descritas nos lotes acima, estão em conformidade com a ata e laudo de avaliação anexos a este processo (Comissão Avaliadora Portaria nº 165/2018, laudo de avaliação engenheiro Nestor Rigoni RS058496, contrato 12/18).

O leiloeiro, responsável pelo leilão, é o credenciado pelo chamamento público de nº 03/2018, ou seja, o Sr. Álvaro Marques Teixeira, CPF nº 785.086.140-04, conforme processo 3678/2018, que regerá esse processo de acordo com a Lei 8.666/93 Artigo 53 e normas específicas que regulamentam a profissão de leiloeiro.

2 - DA PARTICIPAÇÃO:

2.1) - Os interessados em participar do Leilão, pessoas Físicas ou Jurídicas, deverão comparecer ao local indicado, preâmbulo deste instrumento convocatório, munidos com os documentos do subitem 2.1.1 ou 2.1.2, devendo apresentar esta documentação no ato, na sessão da arrematação, ao responsável, leiloeiro, bem como declaração de inexistência de fato impeditivo para contratar/alienar com a Administração Pública:

2.1.1.) Pessoas físicas (cópias):

- a) Identidade nº RG;
- b) CPF;
- c) Comprovante de residência;
- d) Telefone e email (apenas apresentar ao leiloeiro);
- e) Declaração de inexistência de qualquer fato impeditivo para contratar/alienar;

2.1.2.) Pessoas Jurídicas (cópias):

- a) Contrato Social;
- b) CNPJ (https://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao2.asp) ;
- c) Identidade nº RG (representante legal)
- d) CPF (representante legal);
- e) Procuração original ou autenticada (no caso de preposto, e RG e CPF);
- f) Telefone e email (apenas apresentar ao leiloeiro);
- g) Declaração de inexistência de qualquer fato impeditivo para contratar/alienar;

2.2) – O critério de julgamento é o de maior lance ou oferta, sendo que só serão considerados os lances de valor igual ou superior ao da avaliação atribuída aos lotes.

2.3) – Não poderão participar deste leilão:

2.3.1) - Os que por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento da prática de seus atos;

2.3.2) – Servidores Públicos Municipais;

2.3.3) - Menores de idade;

2.3.4) - Pessoas físicas ou jurídicas que deixaram de cumprir suas obrigações em leilões anteriores, impedidas de licitar/contratar com a Administração Pública.

2.4) – Os lotes estarão expostos para visitação pública nas Garagens da Prefeitura Municipal de Vacaria, sito à rua Campos Sales, nº 1.353, bairro Glória, no horário das 09h até às 11h e das 14h até às 16h, em dias úteis, devendo ser agendada a visita previamente com a Sra. Rozangela da Silva (Ângela), ou outro designado por esta, pelo fone (054) 3232-6407, podendo, nos dias determinados para visitação, vistoriar, examinar, ou seja, realizar todos os procedimentos pertinentes para avaliação dos lotes.

2.4.1) – Os bens poderão ser apreciados e vistoriados, nas 48 horas que antecedem o leilão, mediante agendamento com a Gestora acima nomeada, com a possibilidade de acompanhamento de um servidor designado pela mesma, até o local onde estão depositados os bens.

2.4.2) - O bem será leilado no estado de conservação e condição em que se encontra, pressupondo-se que tenha sido previamente examinado pelo licitante, não

cabendo, pois, a respeito dele, qualquer reclamação posterior quanto às suas qualidades intrínsecas ou extrínsecas.

2.4.3) - Ao sinalizarem os valores dos lances, os arrematantes estarão deixando claro para todos os fins e efeitos, que tomaram conhecimento das normas publicadas neste edital e que examinaram os lotes, tendo ainda pleno conhecimento de que estarão adquirindo-os no estado e conservação em que se encontram, não podendo pleitear qualquer abatimento e/ou devolução;

2.4.4) – Após a arrematação, os arrematantes responsabilizam-se por seus lotes, tanto na esfera penal, como civil e administrativa.

2.5) – DO PROCEDIMENTO:

Os interessados, credenciados, efetuarão lances verbais, a partir do preço mínimo de arrematação constante no Termo de Referência – Anexo I, sem informação de centavos, considerando-se vencedor o licitante que houver feito a maior oferta aceita pelo leiloeiro designado neste edital.

2.5.1) – Uma vez aceito o lance, não se admitirá a sua desistência, sob pena de sanções item 4.

2.5.2) - Qualquer cidadão poderá assistir à sessão pública de acordo com o Art 4º da Lei 8.666/93. Entretanto, a pessoa que estiver apenas como ouvinte não poderá se manifestar a fim de não interferir, perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

2.6) – DA ATA

2.6.1) – Encerrado o leilão será lavrada ata circunstanciada, na qual figurarão o bem vendido, a identificação dos licitantes e do arrematante e os trabalhos de desenvolvimento da sessão pública, em especial os fatos relevantes, sendo assinada, ao final, pelo leiloeiro e licitantes presentes.

2.7) – DA IMPUGNAÇÃO E DOS ESCLARECIMENTOS

2.7.1) – As petições de impugnação e esclarecimentos deverão ser enviadas, na forma da lei, para o Setor de Licitações do Município para serem protocolados no protocolo geral, para posterior análise da Comissão e Leiloeiro designado.

2.7.2) - As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

2.8) – DOS PRAZOS E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

2.8.1) – Os prazos e recursos observarão o disposto no Art. 109 da Lei nº 8.666/93.

3 – DO PAGAMENTO E RETIRADA DOS BENS

3.1) – No ato da arrematação, o pagamento será efetuado à vista, diretamente ao leiloeiro, o qual emitirá a competente nota de leilão, que servirá como documento liberatório dos bens arrematados (vide item 5.10).

3.2) - Os arrematantes (ou seus procuradores devidamente credenciados com procuração pública reconhecida firma) deverão retirar os lotes adjudicados obrigatoriamente e concomitantemente com a integralização do pagamento ou em até 02 (dois) dias úteis após o pagamento (ficando ciente de que o Município não tem mais nenhuma responsabilidade quanto a guarda dos lotes após a arrematação). No caso da integralização do pagamento ocorrer por meio de cheque, a retirada dos bens dar-se-á, obrigatoriamente, somente após a compensação deste.

3.2.1.) O bem será entregue após o pagamento, ao próprio arrematante, com cópia da Ata do leilão, recibo de pagamento e a devida identificação, ficando o arrematante responsável pela transferência, registro e trâmite documental perante o órgão executivo de trânsito, no prazo legal, arcando com encargos relativos à transferência e com todas as taxas, impostos e despesas atreladas ao bem, vincendas após a data do leilão. Não será aceita a retirada parcial de lotes, devendo ser retirados todos de uma só vez, sob pena de multa e aplicação de sanções previstas no item 04 deste edital.

3.3) – Os lotes arrematados devem ser removidos por conta e risco do arrematante, não cabendo ao Leiloeiro ou ao Município nenhuma responsabilidade sobre os mesmos (transportes, fretes, etc.).

3.4) – Após a arrematação e pagamento, fica o arrematante responsável civil, penal e administrativamente por quaisquer danos materiais e pessoais causados a terceiros ou qualquer tipo de ação movida, que envolva o referido lote.

3.4.1.) A não retirada do bem arrematado, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da arrematação, implicará na declaração de abandono, revertendo o bem ao patrimônio do Município, podendo ser objeto de outro leilão, sem qualquer direito do arrematante em pleitear indenizações, ressarcimentos e nem fará jus ao recebimento do valor de arrematação, sofrendo penalidades (vide caput do item 4).

3.4.2.) Após a entrega do bem ao arrematante é de sua inteira responsabilidade o transporte e guarda.

3.4.3.) É proibido ao arrematante ceder, permutar, vender ou de alguma forma negociar o veículo arrematado antes do pagamento e entrega do bem.

4 - DAS PENALIDADES

Caso o arrematante não efetue o pagamento no prazo estipulado ou não retire os lotes arrematados em até 10 (dez) dias úteis, perderá o direito sobre o bem, que será levado

a novo leilão, podendo ser impedido de participar de futuros leilões que o Município venha a realizar ou, dependendo o dano à Administração Pública, poderá sofrer as demais sanções:

4.1.) ADVERTÊNCIA

A penalidade de **ADVERTÊNCIA** poderá ser aplicada nas seguintes hipóteses:

4.1.1.) Descumprimento das obrigações assumidas ou na licitação, desde que não acarrete prejuízos para a entidade, independentemente da aplicação de multa moratória.

4.1.2.) Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços da entidade, independentemente da aplicação de multa moratória.

4.2.) MULTA

A entidade poderá aplicar à licitante ou contratada, multa moratória e multa por inexecução contratual:

4.2.1.) MULTA MORATÓRIA

A multa moratória poderá ser cobrada pelo atraso injustificado, ou atos em desacordo com o solicitado no edital, para os compromissos assumidos.

I - A multa moratória será de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) por dia corrido de atraso, sobre o valor da NOTA DE EMPENHO/ARREMATACÃO, até o máximo de 05 (cinco) dias de atraso. Após esse prazo, poderá, também, ser rescindido o contrato/nota de leilão e/ou imputada à licitante vencedora a pena prevista no item 4.3.

II – A multa moratória será de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) pela execução em desacordo com as exigências do edital, sobre o valor total da NOTA DE EMPENHO/ARREMATACÃO, por infração, com prazo de até 05 (cinco) dias consecutivos para a efetiva adequação. Após (duas) infrações e/ou após o prazo para adequação, poderá, também, ser rescindido o contrato/nota de leilão e/ou imputada à licitante vencedora a pena prevista no item 4.3.

III – A multa moratória será de 10% (dez por cento), pela não regularização da documentação referente à participação, no prazo previsto neste edital, por parte da licitante detentora da melhor proposta, e poderá, também, ser imputada à licitante vencedora a pena prevista no item 4.3.

4.2.2.) MULTA POR INEXECUÇÃO CONTRATUAL

I - A multa por inexecução contratual poderá ser aplicada no percentual de 10% (dez por cento) sobre a respectiva fatura/contratação/arrematação, acrescida de correção monetária e juros de 12 (doze por cento) ao ano.

II – Em caso de inexecução parcial do contrato/fatura a multa será aplicada sobre o valor do respectivo inadimplemento.

III – Além da multa, poderá ser aplicada a cobrança por prejuízos efetivamente sofridos, desde que restarem comprovados através de processo administrativo especial a relação de causalidade.

IV – Poderá, também, ser rescindido o contrato/nota de leilão e/ou imputada à licitante vencedora a pena prevista no item 4.3.

4.3.) SUSPENSÃO

4.3.1.) A suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Vacaria/RS destina-se aos inadimplentes culposos que prejudicarem a execução do contrato por fatos graves, cabendo defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da data do recebimento da intimação, podendo ser aplicada nas seguintes hipóteses pelos seguintes períodos:

4.3.2.) Por 6 (seis) meses:

I - Atraso no cumprimento das obrigações assumidas, que tenham acarretado prejuízo à entidade como:

II - Execução insatisfatória do contrato, se antes tiver havido aplicação da sanção de advertência.

4.3.3.) Por 1 (um) ano:

I - Na ocorrência de qualquer ato ilícito praticado pelo licitante visando frustrar seus objetivos ou que inviabilize a licitação, resultando na necessidade de promover novo procedimento licitatório.

II - Recusar-se a assinar o Termo de Contrato e Retirar a Nota de Empenho dentro do prazo estabelecido.

4.3.4.) Por 2 (dois) anos quando a licitante ou contratada:

I - Se recusar a fornecer informações suficientes ou fornecê-las inadequadamente;

II - Cometer atos ilícitos que acarretem prejuízo à entidade, ensejando a rescisão do contrato;

III - Tiver sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

IV - Apresentar a entidade qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, para participar da licitação;

V - Demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar e contratar com a entidade;

4.4.) DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE

4.4.1.) A Declaração de Inidoneidade para Licitar e Contratar com a Administração Pública será proposta se anteriormente for constatada uma das seguintes hipóteses:

I- Má-fé, ações maliciosas e premeditadas em prejuízo da entidade;

II - Evidência de atuação com interesses escusos;

III – Reincidência de faltas ou aplicação sucessiva de outras penalidades;

4.4.2.) Ocorrendo as situações acima expostas, o Município de Vacaria/RS, poderá aplicar a Declaração de Inidoneidade para Licitar e Contratar com toda a Administração Pública, enquanto durarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município, que será concedida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

4.5.) Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada (quando houver), além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

4.6.) As sanções previstas nos subitens 4.1, 4.3 e 4.4 poderão ser aplicadas juntamente com o subitem 4.2, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

4.7.) A sanção prevista no subitem 4.4 deste edital é da competência exclusiva do Secretário Municipal ou Prefeito Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

4.8.) As sanções previstas nos subitens 4.3 e 4.4 deste edital, poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pela lei 8.666/93:

I – Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II – Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III – Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados;

4.9.) As penalidades previstas neste Edital poderão ser aplicadas, isoladas ou cumulativamente, sem prejuízos de outras sanções cabíveis.

5 - DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1) – Ocorrendo força maior ou caso fortuito, no interregno de tempo entre a data de realização do Leilão e da retirada dos lotes de bens, que impeça a entrega dos mesmos, fica resolvida a obrigação mediante a restituição do valor pago.

5.2) – Uma vez integralizado o pagamento, o Município de Vacaria/RS exime-se de toda e qualquer responsabilidade pela perda total ou parcial e avarias que venham a ocorrer nos lotes de bens arrematados e não retirados no prazo a que se refere o item **3.2**.

5.3) – Os lotes serão vendidos e entregues no estado em que se encontram, não cabendo à Administração Pública Municipal qualquer responsabilidade por modificação ou alteração que venha a ser constatada na constituição, composição ou forma dos objetos licitados, pressupondo, o oferecimento de lance, o conhecimento das características

intrínsecas ou extrínsecas, procedência, especificação e situação dos bens. O arrematante está consciente dos riscos da arrematação, sem direito a reclamação posterior.

5.4) – O transporte dos lotes de bens, a partir do local onde se encontram guardados, depois da arrematação, serão de responsabilidade exclusiva do arrematante.

5.5) - Os lances serão verbais, a partir do Lance Mínimo estabelecido, considerando-se vencedor o licitante que houver oferecido a MAIOR OFERTA.

5.6) – Os lotes serão apregoados um a um, segundo critério do leilão, sem obrigatoriedade de ordem numérica sequencial.

5.7) – A participação dos licitantes no leilão implica o conhecimento e na plena e irretratável aceitação dos termos deste edital. Em nenhuma hipótese serão aceitas desistências dos arrematantes ou alegações de desconhecimento destas condições para eximir-se da obrigação assumida, sob pena de serem aplicadas as sanções do item 04 deste edital.

5.8) – A Comissão de Leilão poderá, por motivos justificados, retirar do Leilão quaisquer dos lotes.

5.9) - A descrição dos lotes sujeita-se a correções apregoadas no momento do Leilão, para cobertura de omissões ou eliminação de distorções acaso verificadas;

5.10) – O arrematante suportará o valor da comissão do leiloeiro, a ordem de 5% (cinco por cento) do valor do lote arrematado, o qual deverá ser pago juntamente com a importância correspondente ao lote arrematado.

5.11) - Quaisquer esclarecimentos poderão ser obtidos na Rua Ramiro Barcelos, nº 915, no setor de licitações, pelo fone 3231-6410, ou diretamente com a Diretora Executiva da Secretaria Geral de Governo, Sra. Rozangela da Silva (Ângela), pelo telefone (054) 3232-6407.

Vacaria, 18 de junho de 2018.

Amadeu de Almeida Boeira
Prefeito Municipal